

3

O Panorama Social Brasileiro

3.1

A Estrutura Social Brasileira

O Brasil é um país caracterizado por uma distribuição desigual de renda. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD/IBGE 2003), 40% da população em idade ativa possui uma renda mensal de até 2 salários mínimos. Por outro lado, existe uma parcela de apenas 0,9% da população caracterizada por pessoas com ganhos superiores a 20 salários mínimos. Considerando apenas as pessoas ocupadas, o primeiro grupo tem uma representatividade ainda maior, com 53,7% da população na faixa de rendimentos de até dois salários mínimos.

A distância entre os grupos dos mais ricos e dos pobres no Brasil é histórica. Como ilustrado no Gráfico 1 (página 30), em 2003 o rendimento médio dos 10% mais ricos era 16,9 vezes o rendimento médio dos 40% mais pobres; em 2002, era 18 vezes.

Estes números evidenciam uma realidade oculta pela renda per capita do país. Isto porque a renda per capita do Brasil não permite considerá-lo pobre. No entanto, segundo dados do estudo Radar Social 2005, do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), são 53,9 milhões de pessoas, equivalente a 31,7% da população, vivendo em condições de pobreza, o que coloca o Brasil em penúltimo lugar em termos de distribuição de renda numa lista de 130 países, atrás apenas de Serra Leoa. O estudo classifica como “pobres” as famílias com renda domiciliar per capita inferior a meio salário-mínimo por mês, o equivalente a R\$120 em 2003.

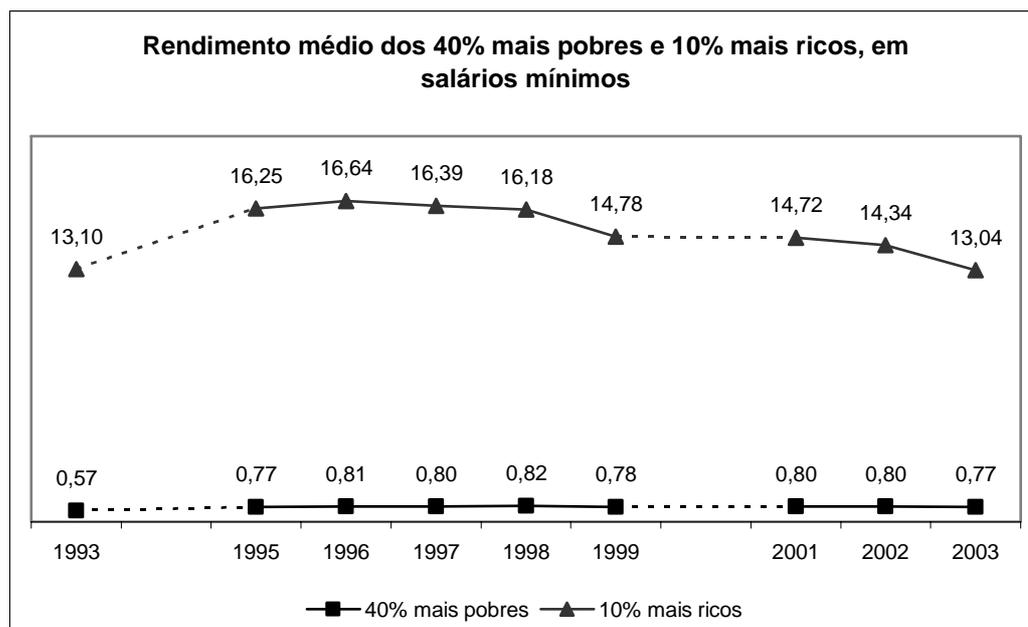


Gráfico 1: Rendimento médio dos 40% mais pobres e dos 10% mais ricos, em salários mínimos, Brasil - 1993/2003 – Dados de 1994 e 2000 não disponíveis (FONTE: IBGE – Síntese de Indicadores Sociais 2004)

Segundo Henriques (2004), se o grau de desigualdade do Brasil fosse reduzido para o padrão do Uruguai (que tem o menor índice entre os países latino-americanos), mantendo-se a atual renda per capita, seria possível reduzir em cerca de 20 pontos percentuais a pobreza do Brasil.

Apesar da notável má distribuição de renda no país, é possível observar que essa distribuição tornou-se um pouco menos desigual ao longo dos últimos 10 anos. O gráfico 2 (página 32) representa a evolução do Índice de Gini de distribuição dos rendimentos mensais desse período. O Índice de Gini é uma medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (a perfeita igualdade) até um (desigualdade perfeita, onde apenas um indivíduo detém toda a renda). Este indicador estava em 0,600, em 1993, e atingiu 0,555, em 2003, o mais baixo resultado desde 1981. Do total das remunerações de trabalho, os 10% dos ocupados com os maiores rendimentos detiveram 49%, em 1993, e 45,3%, em 2003, enquanto os 10% dos ocupados com os menores rendimentos ficaram com 0,7%, em 1993, e 1,0%, em 2003.

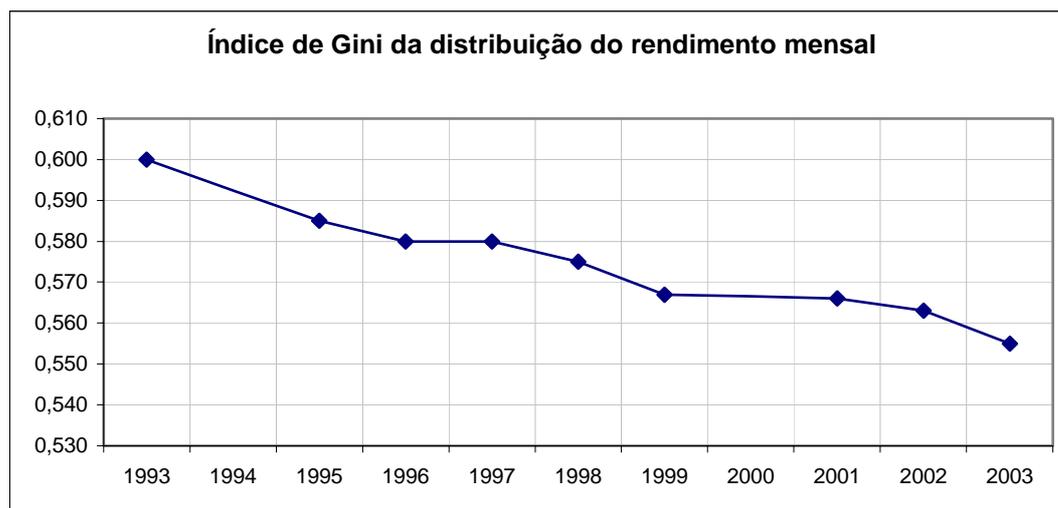


Gráfico 2: Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho – Dados de 1994 e 2000 não disponíveis (Fonte: PNAD /IBGE 2003)

Novamente, uma análise mais cuidadosa dos dados revela outras informações importantes. Parte da conquista da redução da desigualdade na distribuição de renda explica-se não somente pelo ligeiro aumento de renda das camadas mais pobres, mas também pela queda maior na renda da camada superior.

A partir de 1994, com a instituição do Plano Real em julho daquele ano, foi possível observar uma tendência de aumento nos rendimentos que favoreceu principalmente as categorias de remunerações mais baixas. Durante o período de maior estabilidade econômica que se seguiu até 1996, os ganhos reais dos rendimentos cresceram de forma inversa à camada social, reduzindo o grau de concentração das remunerações.

Apesar das crises financeiras deflagradas em 1997 e 1998, as remunerações tiveram reduções pouco expressivas e o grau de concentração dos rendimentos, estabilizado em 1997, diminuiu em 1998, novamente em função dos ganhos na metade inferior da distribuição dos rendimentos e pequenas perdas na outra metade. Em 1999, em função do cenário recessivo, houve redução substancial dos rendimentos, e, mais uma vez, as remunerações mais altas foram mais atingidas.

Em 2002 e 2003, aumentos reais do salário mínimo ajudaram o terceiro menor segmento na distribuição de renda a aumentar a renda. Apesar disso, de 2002 a 2003, a perda real entre os 50% dos ocupados com as menores

remunerações foi de 4,2% e entre os 50% com maiores rendimentos, de 8,1%. O Gráfico 3 (página 32) ilustra com clareza essa evolução dos rendimentos.

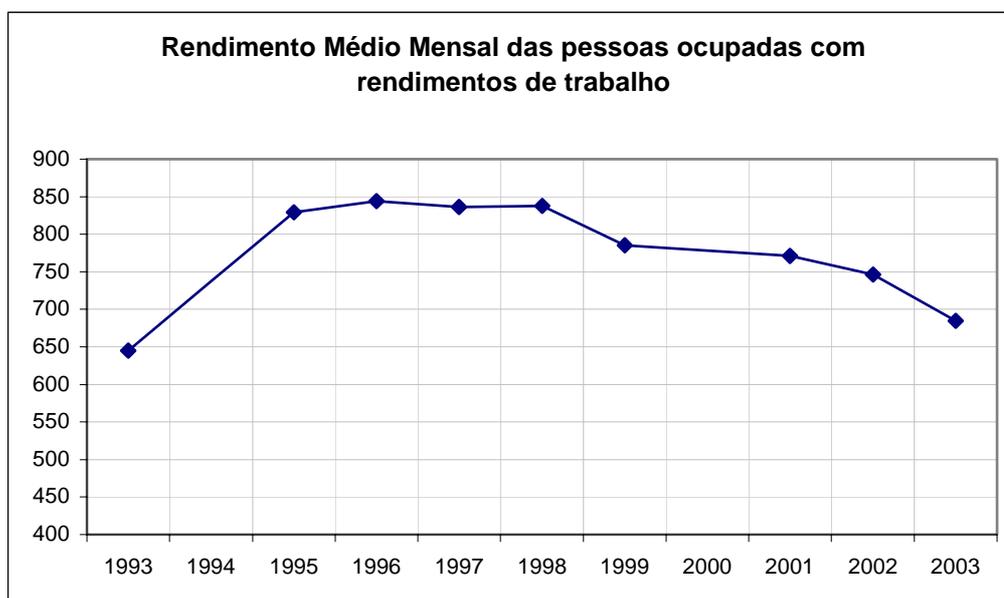


Gráfico 3: Rendimento médio mensal real das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento – 1993/2003 – Dados de 1994 e 2000 não disponíveis (Fonte: PNAD /IBGE 2003)

3.2

A Distribuição Regional de Renda

O Brasil é caracterizado não somente pela má distribuição de renda entre os diferentes níveis sociais, mas também revela uma alta concentração da produção econômica em seu território.

De acordo com o dados do acompanhamento anual do Produto Interno Bruto dos Municípios, realizado pelo IBGE, dos 5.507 municípios existentes no país em 1999 apenas sete concentravam 25% do PIB nacional, passando a nove num total de 5.560 municípios em 2002. Esta faixa concentrou 14,7% e 15,2% da população nos anos de 1999 e 2002, respectivamente.

A tabela 1 mostra que em 2002, os 70 municípios mais ricos representam 50% de toda a renda nacional. Apenas a cidade de São Paulo, a mais rica de todas, representa 10,41% do PIB brasileiro. Por outro lado, nota-se que neste mesmo ano, os 1.272 mais pobres correspondem juntos a apenas 1% do PIB. As 10% cidades mais ricas tinham um PIB quase 20 vezes superior ao da metade mais pobre.

Tabela 1: Número de municípios e participação relativa dos municípios e da população, segundo faixas de distribuição do PIB – 2002 (Fonte: IBGE– Síntese de Indicadores Sociais 2004)

Faixas de distribuição do PIB	Número de Municípios	Participação relativa dos municípios (%)	Participação relativa da população (%)
Até 25%	9	0,2%	15,2%
De 25% a 50%	61	1,1%	18,1%
De 50% a 75%	337	6,1%	23,4%
De 75% a 95%	2.044	36,8%	29,0%
De 95% a 99%	1.837	33,0%	10,6%
De 99% a 100%	1.272	22,9%	3,7%

Segundo dados de 2003, a proporção de empregados com carteira de trabalho assinado e com rendimento familiar até 0,5 salário mínimo per capita era mais elevada nos estados do Nordeste. O Estado de Alagoas apresentava a maior proporção (43,9%), enquanto São Paulo a menor (5%). Resultados com este explicam em parte o histórico de movimentos migratórios com destino à região Sudeste.

Como ilustrado em detalhes no Gráfico 4 (página 34), considerando o total de trabalhadores, observa-se que uma parcela de 10% da população ocupada no Brasil possui rendimento médio mensal de até 0,5 salário mínimo.

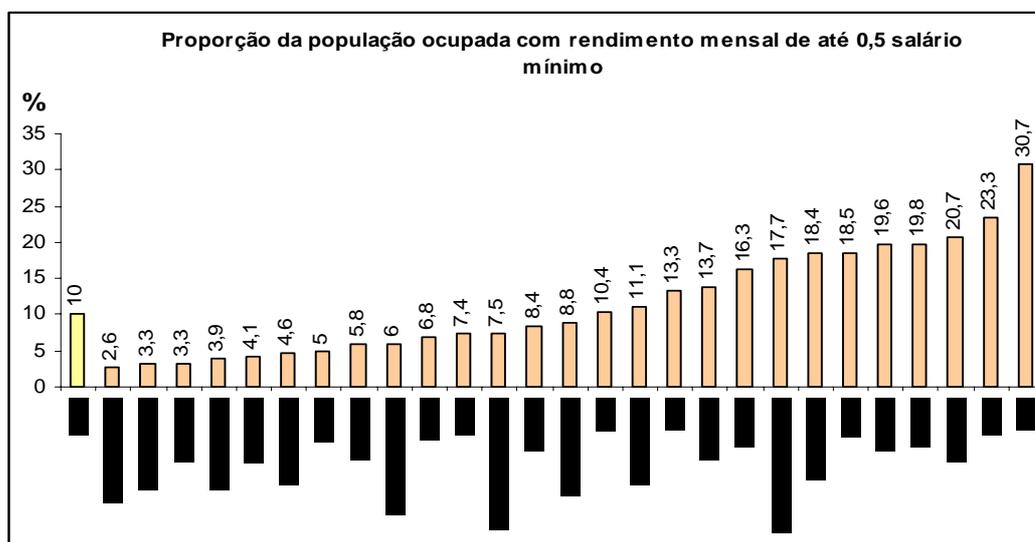


Gráfico 4: Proporção da população ocupada com rendimento médio mensal de todos os trabalhos de até 0,5 salário mínimo - Brasil e Unidades da Federação – 2003 (FONTE: IBGE – Síntese de Indicadores Sociais 2004)

3.3

O Perfil de Gastos das Famílias Brasileiras

Os dados do PNAD/IBGE e da Pesquisa sobre Orçamentos Familiares da FGV constituem fontes acessíveis e com informações relevantes sobre o perfil de gastos com serviços e posse de bens duráveis da população brasileira.

Como mostra o PNAD 2003, observa-se ano a ano um crescimento na cobertura dos serviços públicos nas residências brasileiras. O número de domicílios que dispunham de esgotamento sanitário adequado, por exemplo, apresentou um aumento de 4,6% de 2002 a 2003, atendendo 68,9% das residências neste ano, sendo que o mesmo percentual era de 58,8% em 1993. Outros serviços como abastecimento de água e atendimento de rede elétrica também evoluíram: em 1993, cerca de um quarto das residências não contava com abastecimento de água, enquanto que o mesmo percentual foi reduzido para 17,5% em 2003; em relação à iluminação elétrica, o percentual de 10% de residências não atendidas em 1993 foi reduzido para 3,0% em 2003.

Para os serviços de telefonia, o aumento da oferta e o novo cenário competitivo fizeram com que, em dez anos, a proporção de domicílios com telefone aumentasse de 19,8% para 62,0%. Ainda que a expansão de 2002 para 2003 tenha sido significativa (3,9%), nota-se uma redução neste percentual nos últimos anos, após a forte expansão no período de 1993 a 2001. A expansão de 2002 a 2003 foi explicada pela crescente penetração da telefonia móvel. Enquanto a telefonia fixa teve uma pequena retração de 0,7% nesse período, a telefonia móvel teve um expressivo aumento de 15,1%.

Entre 2002 e 2003, o número de domicílios atendidos unicamente por linha móvel celular apresentou elevação de 31,3%, que foi superior ao dobro do aumento observado de 2001 para 2002 (15,4%). Em 2003, 11,2% das moradias tinham somente linha móvel celular e, em 2001, quando começou a investigação do PNAD, eram 7,8%.

Os números da Pesquisa sobre Orçamento Familiar (POF) de 2002-2003 também sugerem um aumento da penetração dos serviços de telefonia. Os dados da POF ajudam a identificar a composição e os pesos dos grupos de bens e serviços mais representativos no total de gastos das famílias brasileiras.

Dentro dos sete grupos avaliados (Alimentação; Habitação; Vestuário; Saúde e Cuidados Pessoais; Educação; Leitura e Recreação; Transportes; e Despesas Diversas), aquele com maior participação foi o grupo de Habitação, com peso de 31,15% no POF 2002-2003. Em comparação ao levantamento de 1999-2000, houve pequena alteração no peso do grupo (31,84%), mas houve alteração significativa em sua composição. Analisando em conjunto, os gastos de telefonia fixa e móvel tiveram um significativo aumento entre as duas pesquisas (52,1%), representando quase 5% dos gastos médios das famílias na POF 2002-2003. Isoladamente, quando comparados os resultados das POF de 1999-2000 e 2002-2003, os gastos com telefonia móvel tiveram um aumento de mais de 184,4%, com uma representação de 1,3% na composição total dos gastos da pesquisa mais recente.